

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Da cadeira de agricultura ao anel de engenheiro agrônomo: ciência, civilização e estado imperial no coração da produção açucareira baiana

Nilton de Almeida Araújo*

RESUMO

Durante o Império, a Bahia foi palco de uma série de iniciativas para que o conhecimento científico em torno da agricultura se imiscuisse ao processo de produção, especialmente para a agricultura. Este processo se inscreve nos processos mais gerais de institucionalização das ciências no país, e de construção do Estado nacional, a partir da organização dos cursos propostos para a Cadeira de Agricultura criada por D. João VI (1812), pelo *Imperial Instituto Bahiano de Agricultura* (IIBA) em 1861, e o curso da *Imperial Escola Agrícola da Bahia* (IEAB, 1877).

ABSTRACT

During the Brazilian Empire, the province of Bahia was a place of a lot of initiatives by the application of scientific knowledge use in the economic production, mainly agriculture. This process is inserted in the more general movement of institutionalization of the sciences in this country, and of the construction of the National State, since the organization of the proposed courses to the Agriculture Chatedra by D. João VI (1812), by the *Imperial Instituto Bahiano de Agricultura*, and the course of the *Imperial Escola Agrícola da Bahia* (IEAB, 1877).

Em 1877 fundou-se a Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB), em São Francisco do Conde, coração colonial da produção açucareira brasileira. Primeira a diplomar engenheiros agrônomos no Brasil, a despeito de uma série de dificuldades institucionais e financeiras, pudemos constatar no mestrado a continuidade de egressos no quadro docente, dos quais cerca de 40% se formaram na própria escola, e seu papel na institucionalização da agronomia como campo científico no país (ARAÚJO, 2006)¹.

O pioneirismo da Escola Agrícola da Bahia (EAB, 1877-1930) teve antecedentes. Durante o Império, houve na Bahia outras iniciativas para que articular a ciência ao processo de produção agrícola. A primeira proposta se inscreve numa fase próspera. A redução paulatina de taxas que caracterizavam o “regime exclusivo” do mercantilismo colonial que incidiam sobre produção e exportação do açúcar, as guerras da Revolução e do Império francês, e a desorganização da produção nas Antilhas, favoreceram as exportações baianas de açúcar². A prosperidade entre 1787-1821 foi o ambiente da primeira proposta de um curso de

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista do CNPq.

¹ Alguns de seus professores e diplomados participaram de momentos decisivos na constituição de um campo científico, como a criação e consolidação de instituições de ensino superior e de pesquisa para a agricultura, a regulamentação da profissão por parte do Estado e a constituição de associações profissionais de alcance nacional (ARAÚJO, 2006: 179-184).

² A esta conjuntura internacional favorável, adicione-se o papel exercido a partir da década de 1780 pela Mesa de

agricultura do país.

*Conde dos Arcos, Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia, Amigo. Eu, o Príncipe Regente vos envio muito saudar como aquele que amo. Sendo o principal objeto dos meus vigilantes cuidados o elevar ao maior grau de opulência e prosperidade, de que forem suscetíveis pela sua extensão, fertilidade e vantajosa posição, os meus vastos Estados do Brasil; (...): hei por bem que debaixo da vossa inspeção, (...) se estabeleça imediatamente **um curso de Agricultura na cidade da Bahia** para instrução pública dos habitantes nessa capitania, e que servirá de **norma** aos que me proponho estabelecer em todas as outras capitanias dos meus Estados. (D. João VIa. Carta Régia – De 25 de Junho de 1812 - Cria na cidade da Bahia um curso de Agricultura em SNA. **LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL**. 1908 - Grifei).*

Da Cadeira de Agricultura proposta até os primeiros anéis de formatura dos primeiros engenheiros agrônomos ainda no Império, verifica-se a partir da organização dos cursos propostos por D. João VI, pelo IIBA em 1861, e do curso efetivo da EAB, junto a outras fontes primárias o consórcio entre ciência e agricultura na Bahia. As mudanças e permanências traçadas entre os dois momentos se inscreve nos processos mais gerais de implantação das ciências no país e de construção do Estado nacional, onde a difusão de um projeto civilizatório e racista, por um lado, e a formação de classe dominante na Província, constituíram duas faces de um outro movimento, a formação da sociedade civil no Brasil.

A CADEIRA DE AGRICULTURA E A SACIPBA

Muitas eram as atribuições do professor da Cadeira de Agricultura, conforme as “Instruções provisórias para o ensino de Agricultura, orientado pela Carta Régia de 25 de Junho de 1812 ao Governador e Capitão General da Bahia” (D. JOÃO VIb, 1908). Cabia-lhe explicar “os princípios de botânica, química e medicina, indispensáveis à inteligência da bem entendida cultura, e economia, e arquitetura rural”. No segundo ano, a aplicação das doutrinas do 1º ano aos “princípios de agricultura” e o aperfeiçoamento das culturas “indígenas e exóticas”. Junto à “invenção e prática dos melhores métodos, instrumentos e máquinas que se usam na lavoura e suas fábricas”, os “diferentes métodos de propagar os vegetais, a física dos bosques, o corte e reprodução das matas, os prados artificiais, a criação dos animais e o aproveitamento dos seus produtos” integravam os conteúdos do curso.

Além do ensino, ainda se realizariam “passeios literários”, a organização de compêndios para os futuros cursos de Agricultura, a se estabelecer nas outras capitanias”, e à direção do Jardim Botânico da escola, agregava-se o dever de anualmente viajar pela

Inspeção do Açúcar e do Tabaco do governo português, que supervisionava a qualidade dos vários tipos de açúcar exportados e a homogeneidade do peso nas caixas em que eram remetidos. (MATTOSO, 2004: 101).

Capitania e escrever o resultado de suas observações, “entreter correspondência” para aquisição de modelos e máquinas, distribuir sementes do Jardim pelas Câmaras da Capitania, etc. (D. JOÃO VIb, idem).

O mesmo professor era ainda autorizado “a apresentar ao Governador Inspetor do curso da agricultura um plano de Sociedade para prover a agricultura e artes que lhe são relativas, por contribuições voluntárias”, da mesma forma que as estabelecidas “nas nações mais civilizadas”, criando destarte fundos para o estabelecimento do Jardim Botânico, da coleção de instrumentos e máquinas, prêmios “aos que se distinguirem em invenção ou melhoramento da cultura e fábricas rurais”, além da impressão de memórias sobre “conhecimentos agrônômicos”, além das despesas das viagens que deve fazer pela Capitania (D. JOÃO VIb, Ibidem).

À *Carta Régia* não foi implantada, mas é documento estratégico para entendermos as relações entre Estado, ciência e agricultura. Domingues destaca a segunda metade do século XIX como um período de introdução de novas práticas científicas para a agricultura, com a abertura de novos campos de pesquisa no país com secundarização da botânica (DOMINGUES, 1995, p.201), ainda central como podemos entrever na *Carta*. À valorização dos produtos originários do país, passíveis de ganhar o mercado externo valorizou-se ainda mais a prática botânica, enfatizando o caráter útil da flora, e as experiências científicas com os produtos nativos foram incrementadas, dentro da estruturação de um movimento nacionalizante e da inserção do Brasil no capitalismo (DOMINGUES, 1995: 107).

Destacam-se a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), o Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas (MACOP) e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) como instâncias responsáveis pela implantação deste processo. Maior expressão institucional do “movimento ilustrado” após a Independência, a SAIN funcionou como órgão consultor do Estado em assuntos agrícolas, e por meio dos artigos de sua revista, *O Auxiliador*, buscou difundir a necessidade de substituir os conhecimentos tradicionais, “instintivos”, pelos científicos (DOMINGUES, 2001, p.87-91). O ensino no interior do tripé ciências-agricultura-política constituiu ponto nevrálgico do projeto civilizatório da SAIN, integrando um projeto político para configurar um Estado nacional. Uma das figuras mais atuantes da SAIN foi o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794-1865), Marquês de Abrantes.

Primeiro presidente do IIFA (1860-1866), e presidente da SAIN (1848-1865), entre

outras atividades³, foi um dos principais fundadores da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBA), em 1832⁴. Propostas que foram debatidas pela SACIPBA como hortos botânicos, cooperativas, instituição de prêmios, introdução de novas culturas e raças, envio de estudantes para formação na Europa, estatística, colonização de mendigos e vadios, permaneceram na agenda das elites agrárias e do Estado durante o Império.

Entre os estabelecimentos previstos projetou-se: “Um gabinete, que contenha modelos de todas as máquinas e utensílios que possam ser aplicados à cultura, e indústria da Província”; um Horto Botânico; um depósito de animais acessórios; uma Biblioteca; uma “Tipografia para a Impressão do Jornal, Memórias, Programas e mais papéis da Sociedade, traduções úteis; assim como para a reimpressão de livros interessantes à mesma Sociedade” e a instalação de escolas de agricultura e veterinária⁵. Numa possível referência à lei de 1812, os estatutos ainda mencionam que “se por qualquer motivo deixar de se estabelecer a Cadeira de Agricultura, criada por lei, a Sociedade cuidará em fundá-la, no lugar onde estiver o Horto Botânico”⁶.

A questão da mão de obra, nevrálgica nos tratados agrônômicos do período e nos projetos de instrução agrícola, são tratados no *Jornal da Sociedade de Agricultura, Commercio e Industria da Provincia da Bahia* (JORNAL DA SACIPBA) à época da primeira proibição oficial do tráfico intercontinental de escravos. Sob a inevitabilidade do fim da escravidão, ainda que tardio, a SACIPBA propõe envidar esforços na promoção da introdução ou aquisição de braços úteis e livres, para suprir “o vazio, que a proibição do recrutamento Africano deve, anualmente, deixar nos trabalhos do Campo”⁷.

A saída apontada era “promover, por meio de práticas, e, mais que tudo, do exemplo de todos os seus Membros, o bom tratamento dos escravos”, e dar “à mocidade dessa classe uma educação conveniente para inspirar-lhes o necessário respeito à Religião Cristã, o hábito do trabalho, e aversão à malfeitoria”. Tal postura se inscreve num momento de dúvidas e reformulações nas estratégias de controle e administração dos contingentes de escravos. Tal empenho guarda reminiscências das concepções de administração dos escravos⁸, mas também evidencia a nova preocupação com a reprodução da mão de obra escrava, questão antes

³ DOMINGUES, 1995, p.209-213; Tourinho p.84 e 243.

⁴ PIN E ALMEIDA, 1903.

⁵ JORNAL DA SACIPBA, 31/1/1833. *Estatutos da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*, art. 29

⁶ JORNAL DA SACIPBA, 31/1/1833. *Estatutos*. CAPÍTULO VII. *Dos Estabelecimentos da Sociedade*.

⁷ JORNAL DA SACIPBA, 31/1/1833. *Estatutos*. CAPÍTULO IX, Disposições Gerais.

⁸ Cf. MARQUESE, 1999.

ausente, na medida em que propõe promover “entre eles os casamentos, e a possível melhoria dos costumes”.

No último Jornal da SACIPBA localizado, o futuro Marquês de Abrantes estabelece prioridade na instalação de uma “Escola de Agricultura, onde a mocidade receba lições práticas da nossa Cultura, da Arte Veterinária, e dos Ofícios mais necessários à Lavoura e Economia Rural” (Jornal da SACIPBA, 15/02/1836, p.32). Ao lado da instrução “a Ordem Pública” era a “mais imperiosa das nossas atuais necessidades”. A primeira metade do século XIX circunscreve esta preocupação, marcada pelo medo do exemplo do Haiti, fugas e levantes no Recôncavo baiano, e particularmente pela Revolta dos Malês (1835). Neste contexto, Abrantes completa:

Do sossego interno, da execução das Leis, depende toda a felicidade de nosso País, e o bem ser particular de nossas famílias. Se (...) por adversa fortuna, continuarem as agitações Públicas, e efetuar-se a divisão deste Todo maravilhoso, em lugar da riqueza virá a miséria; e em vez do Pavilhão Auri-verde, que ainda nos reúne, veremos, ali e acolá, alçada a meio pau a mortalha de Saladino. Oxalá, que esta amarga verdade cale em todos os corações Brasileiros, que ainda palpitem pela glória e felicidade da Pátria. (Jornal da SACIPBA, 15/02/1836, p.32 – Grifo meu).

A SACIPBA não sobreviveu à década de 1830, mas a proeminência do Recôncavo na articulação ciência-agricultura seguiu com o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA).

IMPERIAIS INSTITUTOS DE AGRICULTURA E HEGEMONIA

Fundada sob auspícios do imperador em 1859⁹, o IIBA foi uma associação da classe dominante baiana. As proposições de criar escolas agrícolas provinciais e Imperiais Institutos de Agricultura mostram que as relações ciências/agricultura não foram resultante exclusivos de iniciativas do poder central. A relevância das articulações para criação e continuidade destas instituições é exemplificada pelas mais atuantes destas entidades, os Imperiais Institutos de Agricultura criados na Bahia e no Rio de Janeiro.

O IIBA e o IIFA¹⁰ apresentam uma mesma composição social e atuação como órgãos de classe. Na Bahia, p.ex., a burguesia agromercantil do recôncavo monopoliza a presidência do IIBA tendo como representantes o Barão de Matoim (1865-1870), o Visconde de

⁹ TOURINHO, 1982; BAIARDI, 2001.

¹⁰ MARTINS, 1995.

Sergimirim (1870-80) e o Barão de São Francisco, que a assume desde 1880 até o fechamento da instituição. Destacam-se ainda os Barões de S. Thiago, Viçosa e Joaquim Ignácio Tosta, filho do Barão de Nagé, uma das famílias mais presentes no IIBA junto aos Calmon, Pires de Carvalho e Albuquerque, Costa Pinto, Araújo Pinho e Argollo Ferrão (Tourinho, 1982: 82-93).

Uma pauta comum com a SACIPBA se evidencia no artigo 2.º dos estatutos do IIBA. Os Institutos deveriam, a partir de seus recursos: fundar escolas e estabelecimentos normais, fazendo a introdução de máquinas e instrumentos; estudar os meios de facilitar o transporte dos gêneros para os principais mercados; rever e fazer anualmente a estatística rural de suas respectivas províncias; além de criar e manter um periódico, a expensas suas, que trata-se não só dos gêneros mais usuais e conhecidos no País, mas também novos, bem como sobre o tratamento e criação do gado e o melhoramento de raças e aves domésticas; promover a substituição dos braços da lavoura, através de máquinas e instrumentos, “estudando e ensaiando o sistema de colonização nacional e estrangeira (...) auxiliando o Governo neste empenho”; difundir novas sementes de plantas e novas raças; promover a exposição anual dos produtos da lavoura, e realizar premiações.

O IIBA submeteu ao Governo Imperial um projeto de escola para formar engenheiros agrícolas e engenheiros agrícolas mestres, além de agricultores práticos ou mestres agricultores práticos. Catorze anos passaram até a aprovação da Corte. O autor do projeto, escolhido pelo IIBA, foi o seu sócio, Barão de São Lourenço, depois Visconde de São Lourenço¹¹, ou Francisco Gonçalves Martins, chefe na repressão da revolta dos malês (REIS, 1986).

Pelo projeto de Martins, a escola fica sob administração imediata do IIBA, “subordinadas as deliberações deste à suprema Inspeção do Governo Imperial”. Previa-se no máximo 60 alunos internos: 20 de “primeira classe” e 40 de “segunda classe”. A organização deste curso preserva a divisão do curso em dois níveis – um para administração do trabalho rural e outro para sua execução, mas por outro marca uma demanda dos Imperiais Institutos: da criação de escolas agrícolas para preparar a futura geração de lavradores, a criação de um corpo de engenheiros especialistas em hidráulica e drenagem (DOMINGUES, 1995, p.206).

Ao fim e ao cabo, a partir da conclusão do curso da primeira turma em 1880, foram diplomados engenheiros agrônomos e operários agrícolas. A leitura das teses de conclusão de

¹¹ BAHIA, Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1861, N-11A. “Projeto de Uma Escola de Agricultura para a Província da Bahia, pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura”, 18 de Novembro de 1860.

curso dos “agronomandos” revela uma produção pautada na atividade agrícola regional, trabalho em laboratório, defesa da organização do ensino agrônômico em três graus sucessivos e da diversificação agrícola, desenvolvendo a química agrícola pioneiramente como disciplina no ensino superior no país (ARAÚJO, 2006: 84-89).

A inovação representada pela EAB tem como contrapartida que SACIPBA e IIBA contaram entre seus filiados com membros de um núcleo de famílias que comandavam a agroexportação¹² do açúcar a partir do Recôncavo Baiano.

A análise dos Imperiais Institutos de Agricultura dos relatórios apresentados à Assembléia Geral pelo MACOP permite inscreve-los num quadro mais geral. Manoel Felizardo de Souza e Melo, primeiro titular do MACOP, define já no primeiro relatório, em 1861, diretrizes fundamentais para ação da pasta que reencontraremos na Primeira República, i.e., criação de um sistema de educação agrícola e mecanização do campo como diretrizes para ação da pasta, e incorporando como estratégia a difusão de publicações.(MENDONÇA, 1997:50).

O uso de trabalhadores nacionais será uma proposta não só constante dos discursos de abertura, mas também de iniciativas do Ministério. Os anos 1880 indicam uma particular iniciativa no que diz respeito ao uso dos “braços nacionais” e na formação de operários rurais, com a criação de Colônias Orfanológicas para filhos de libertos, e de “ingênuos” (BRASIL, 1880-1889).

Emergem ainda outras questões, mas é possível, ainda que provisoriamente, que os Imperiais Institutos de Agricultura agiram como instâncias organizadoras de classe, como agências de formação de opinião e propaganda e com órgãos de prestação de serviço e consulta, antecipando algumas diretrizes que o movimento ruralista republicano (MENDONÇA, *idem*). A distinção fundamental em ambos os momentos históricos se dá nos padrões de institucionalização, nas estratégias de articulação, pois os Imperiais não se reúnem sob um organismo da sociedade civil para promoverem uma articulação nacional, como no caso da SNA. Antes é o Estado por meio do Ministério da Agricultura de então que configura os Imperiais Institutos, ao menos ao considerar os relatórios do MACOP. É preciso frisar, que se estas são conclusões preliminares, a ser reforçadas/redimensionadas por uma prospecção mais densa da documentação, é porém possível localizar nos Imperiais Instituto, simultaneamente, um capítulo da história das ciências, da formação da sociedade civil e do Estado imperial no Brasil.

¹² EAB. *Livro de Atas da Congregação desta Escola – 1876 A 1883*)

O desenvolvimento de um sistema de espaços governamentais voltado para a agronomia controlado pelo governo central estava em curso. Noutras termos: a constituição de um universo intermediário no qual estão inseridos estes agentes e as instituições cujo papel seria produzir, reproduzir e difundir a agronomia, ou seja, um *campo científico*¹³ que ao mesmo tempo integra a ossatura do Estado. A preocupação com a formação de trabalhadores divide lugar com uma multiplicação das agências do Estado responsáveis pela produção e reprodução da agronomia.

O ensino agrícola constitui ponto nevrálgico do projeto civilizatório e racista expresso pela SAIN, pela SACIPBA, pelos Imperiais Institutos e pelo MACOP na configuração do Estado nacional na medida em que a substituição dos conhecimentos rotineiros e “instintivos” dos negros escravos pelos científicos representam uma atualização nos mecanismos de dominação sobre a população trabalhadora em vias de tornar-se formalmente livre.

A paulatina mas firme insistência na instrução do trabalhador nacional revela da parte dos grupos reunidos nos aparelhos de hegemonia e de Estado citados, a consciência da necessidade da direção intelectual e ético-política não só sobre o conjunto das demais integrantes do bloco no poder, mas também sobre os segmentos sociais dominados na construção do mercado de trabalho do país.

O uso das categorias gramscianas permite apreender uma sociedade civil ainda que “restrita”, demarcando pela liberdade e pela propriedade os “cidadãos”, mas em formação, “com força suficiente para participar da construção e controle deste Estado e se expressando nas suas diversas organizações”¹⁴.

Da *Carta Régia* ao anel de engenheiro agrônomo, o horizonte de cursos a proporcionar competência e aptidão para assunção de cargos de estado e a direção de estabelecimentos agrícolas, a fragmentação entre trabalho intelectual e trabalho manual, e a apropriação da Ciência pelo Estado, mediada por um corpo de agentes especializados, tem na Primeira República¹⁵ sua materialização pondo “o saber agrícola à frente do trabalhador, a oposição entre uma agricultura 'sábia' e outra 'arcaizante' patenteia-se, contribuindo para naturalizar a subordinação desta àquela, ambas despidas de seu conteúdo de classe.” (Mendonça, 1997: 165)

¹³ Bourdieu, 2004: 20.

¹⁴ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “As classes sociais na construção do Império do Brasil” em MENDONÇA, Sônia Regina de (org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006.

¹⁵ Mendonça, 1997: 145; Mendonça, 1998.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, N.A. *A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930)*. Salvador: UFBA, Feira de Santana: UEFS, 2006 (dissertação de mestrado).
- BAHIA, Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1861, N-11A. “Projeto de Uma Escola de Agricultura para a Província da Bahia, pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura”, 18 de Novembro de 1860.
- BAIARDI, Amilcar. “*O Papel do Imperial Instituto de Agricultura na Formação da Comunidade de Ciências Agrárias da Bahia, 1859-1930*”. In Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia (7.: 1999: São Paulo) VII Reunião de Intercâmbios para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas. Anais/José Luiz Goldfarb & Márcia H. M. Ferraz (orgs.). São Paulo: EDUSP: EDUNESP: Imprensa Oficial do Estado: SBHC, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. “O campo científico” In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. – São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico/ tradução Denice Bárbara Catani*. – São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatórios apresentados à Assembléia Geral pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1861-1889.
- DOMINGUES, H. M. B. “A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império” in: DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- DOMINGUES, H. M. B. *Ciência, um Caso de Política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império*, 1995. Tese de doutorado, São Paulo:FFLCH-USP.
- EAB. *Livro de Atas da Congregação desta Escola – 1876 A 1883*.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere/edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.3.
- D. JOÃO VIa. “Carta Régia de 25 de junho de 1812 - Cria na cidade da Bahia um curso de Agricultura” em SNA. *LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL*. Volume III. Fim do primeiro período. Império. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.280-284.
- D. JOÃO VIb. “Instruções provisórias para o ensino de Agricultura, orientado pela Carta Régia de 25 de Junho de 1812 ao Governador e Capitão General da Bahia” em SNA. *LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL*. Volume III. Fim do primeiro período. Império. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.280-284.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. –São Paulo: HUCITEC: Fapesp, 1999.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola*. Niterói: UFF, 1995 (Dissertação de Mestrado).
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. – São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*. – Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- PIN E ALMEIDA, Miguel Calmon. “Justa homenagem”. In BAHIA, *Boletim da Agricultura*, 1903, p.6-8.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: A Revolta dos Malês*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SACIPBA. *Jornal da Sociedade de Agricultura, Commercio e Industria da Provincia da Bahia*, 1833-1836.

TOURINHO, Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA, 1982 (Dissertação de Mestrado).